

Lago Oeste, presente e futuro

TUDO INDICA QUE O ESTATUTO JURÍDICO DAS ÁREAS JÁ SUBDIVIDIDAS DO LAGO OESTE E DA BASEVI, ALÉM DE GARANTIR O DIREITO DE MORAR, DEVE ENFATIZAR O USO COMUM E SOCIAL DA ÁREA DESTINADA A CADA FAMÍLIA ALI INSTALADA

Virgílio Leite Uchôa

A palavra de Deus na Bíblia nos ensina que aqui estamos para dominar, cultivar a terra e guardá-la como sendo de todos e de cada um (Gn.2,15). Direitos e deveres, de todos e de cada um, sem exclusão, ultrapassam em muito os limites de possuímos ou não a terra onde habitamos. Nosso espaço individual é também um espaço de vida social. Definitivamente, neste mundo, somos guardiões e administradores de um destino comum a ser construído com dignidade, com justiça e com solidariedade.

Aqui nesta terra todos somos peregrinos e migrantes. Em nossa caminhada procuramos deixar os traços, presentes e futuros, do nosso compromisso com um "novo céu e uma nova terra" (Ap.21, 1). O nosso país vive um momento de crise. De repente parece que o povo acordou. Os sonhos de consumo infinito apagam-se diante da constatação da iminente falta de energia. Amanhã pode acontecer o mesmo com a água que consumimos, com o ar que respiramos e com a paz que necessitamos mediante a convivência, respeitosa e digna, de uns com os outros.

O fato da recente crise energética leva-nos a refletir a respeito da nossa situação como moradores de uma região tão especial: a região do Lago Oeste. Talvez ela não tivesse sido o lugar mais adequado para nos fixarmos como moradores. Vimos para aqui em boa-fé como posseiros, sem-teto, caseiros, pobres, sem-trabalho e aqui continuamos a nossa luta.

As circunstâncias da vida nos fizeram moradores deste lugar muito especial. Com esta área todo cuidado é pouco, já que estamos muito próximos de uma reserva natural (o Parque Nacional de Brasília) e em cima de importante manancial hídrico, que contribui inclusive para o abastecimento de Brasília. Crescemos e muito já foi feito nesta parcela de terra de Deus mediante iniciativas de seus moradores e de organizações locais, entre as quais a Associação dos Produtores Rurais do Lago Oeste (Asproeste).

Já que aqui estamos, é importante ampliar a atual discussão a respeito do processo de regularização da posse desta área. Quem sabe até possamos ser um bom exemplo para situações semelhantes à nossa.

Brasília e o seu entorno, infelizmente, nos últimos anos crescem desordenadamente, apesar das exigências de um plano diretor. Facilita-se a especulação imobiliária, cuja lei máxima é o ganho fácil e rápido, sem se importar com a qualidade de vida, presente e futura, dos seus moradores. Será que vamos deixar que também se deteriore a nossa região, uma das poucas que ainda gozam de relativa qualidade de vida? Será o nosso destino o mesmo do Núcleo Rural Vicente Pires após a sua regularização?

O direito de morar com dignidade, fundamental a cada pessoa humana, deve estar livre dos especuladores imobiliários. Estes, quase sempre aliados à demagogia de políticos e administradores inescrupulosos, são gente sem a mínima preocupação com a qualidade de vida dos moradores e a proteção do meio ambiente. De fato, também não se interessam em garantir direitos adquiridos. O que lhes interessa é ganhar dinheiro fácil e manter-se distante das preocupações com o bem comum.

Em nossa situação concreta, onde ocupamos terras da União ou de particulares, já existem situações criadas com subdivisões das áreas, principalmente onde moram os mais pobres, com direitos adquiridos que têm de ser respeitados no processo de regularização.



Um caso muito especial é o dos moradores da Vila Basevi e de algumas áreas já parceladas do Lago Oeste onde estão os mais simples, excluídos e pobres da nossa região. Urge garantir a esses moradores o direito de morar onde estão. Há o risco de esses mais pobres e carentes serem o alvo mais imediato de especuladores. Essas áreas passam a ser cobiçadas e muitos talvez se deixem iludir por recursos financeiros para suprir suas carências mais imediatas.

Tudo indica que o estatuto jurídico das áreas já subdivididas do Lago Oeste e da Basevi, além de garantir o direito de morar, deva enfatizar o uso comum e social da área destinada a cada família ali já instalada.

A questão fundamental, portanto, diz respeito ao presente e ao futuro do Lago Oeste e adjacências, em termos de ambiente propício à qualidade de vida a ser respeitada para todos.

É muito pouco apenas discutir limites maiores ou menores de cada propriedade e garantir posses adquiridas. É insuficiente tecermos grandes discussões a respeito de quanto pagar ou não pelo fato de ocuparmos esse espaço.

As decisões de hoje devem se orientar por valores maiores que as leis do dinheiro e do mercado. Caso contrário pode-se comprometer o futuro das pessoas, a qualidade de vida local e decretar um grande desastre do qual amanhã ninguém escapará.

Qualquer que seja a solução técnica e legal, titulação, arrendamento ou outras formas de garantir direitos individuais e sociais, é urgente um compromisso comum para preservar a área e nela evitar, agora e no futuro, a especulação imobiliária.

A primeira e mais séria poluição vem da força do dinheiro e da especulação. A nossa região precisa precaver-se contra a ganância imobiliária que inevitavelmente trará consequências desastrosas para a qualidade de vida de todos e de cada um.

Para que isso não venha acontecer, há necessidade de transparência e institucionalização de mecanismos de pressão social, que enfatizem os direitos e deveres comuns, que imponham limites claros e precisos ao bem de todos e de cada um dos moradores deste santuário natural.

Urge uma tomada de consciência e um amplo trabalho ecológico e participativo, a exemplo do que tem sido feito pela Organização Ambiental APA da Cafuringa.

É importante garantir as características rurais da área. A região não comporta uma desordenada urbanização em função da especulação imobiliária.

As características geológicas dos nossos lençóis hídricos exigem, daqui para frente, um uso racional e comunitário da água para preservar o manancial comum.

É urgente o tratamento adequado dos esgotos e rigorosa atenção ao destino do lixo deixado pelo nosso consumo. É urgente instituir um fórum permanente de discussões de todas essas questões do qual participem moradores, posseiros, caseiros, associações e organizações do Lago Oeste, todos unidos na construção e na preservação da qualidade de vida desta região.

VIRGÍLIO LEITE UCHÔA É PÁROCO DA IGREJA DE NOSSA SENHORA MÃE DOS MIGRANTES DO LAGO OESTE E MEMBRO FUNDADOR DA COMISSÃO BRASILEIRA DE JUSTIÇA E PAZ (CBJP) E DO INSTITUTO MIGRAÇÕES E DIREITOS HUMANOS (IMDH) DE BRASÍLIA